

Nota à comunicação social

Defender os trabalhadores e a economia,
responder à crise energética numa perspectiva de paz

A actual situação exige a reabertura das centrais termoeléctricas e da refinaria de Matosinhos

A Fiequimetal e os Sindicatos nela integrados têm vindo a alertar, desde o início da chamada transição energética, que várias decisões políticas implicariam consequências negativas para a economia nacional, entre elas, os prematuros encerramentos das centrais termoeléctricas de Sines e do Pego e da refinaria de Matosinhos.

Desde que grande parte do sector energético foi alienada a interesses privados, incluindo grandes accionistas estrangeiros, Portugal ficou sem o efectivo comando de um sector estratégico da vida nacional. Mas isso não alienou responsabilidades políticas do Governo na definição de estratégias e mesmo na concretização de medidas, como se viu nestes mais recentes casos.

O voluntarismo político do Governo, que denota ter como único propósito fingir que o País está no pódio do combate às alterações climáticas, não levou em linha de conta a realidade concreta e complexa da interdependência energética, no plano nacional e europeu, várias vezes referida nos nossos alertas.

Ao longo deste percurso de insanidade económica, a Fiequimetal chamou a atenção, por diversas vezes, para a complexa interdependência energética, no plano europeu, para as suas lógicas de mercado e para o modo acelerado e irrealista com que os governantes iam assumindo metas, sem nenhum respaldo na realidade.

Também foram ignorados os nossos alertas quanto à relação entre a política energética e a instabilidade sócio-económica, que decorria da transição e foi agravada pelas consequências do conflito entre Rússia e Ucrânia. Não pode ser ignorada também a situação no Norte da África, região de origem de parte substancial das importações nacionais de gás natural.

Exige-se intervenção urgente e objectiva

Agora, perante a escalada dos preços da energia, em geral, que atinge um ritmo nunca vivido e que já se vinha manifestando desde meados de 2021, exige-se do Governo decisões políticas patrióticas e excepcionais. É preciso intervir de forma objectiva no aprovisionamento energético, nos preços e tarifas finais que recaem sobre os consumidores (nomeadamente, os trabalhadores e as pequenas e médias empresas) e nos potenciais efeitos de arrastamento negativos no emprego.

Não são apenas os preços internacionais do gás natural, do petróleo e do carvão que estão na base do problema. A escalada dos preços e tarifas tem a ver com o carácter perverso e especulativo dos mercados grossistas da energia e com o despudorado

oportunismo dos accionistas privados das empresas energéticas portuguesas, extraindo enormes rendas e taxas de lucro e distribuindo dividendos imorais, especialmente numa época de grande crise social.

Estes factores, por asfixiarem os consumidores, os trabalhadores e a economia portuguesa, exigem **medidas políticas urgentes**, que evitem a destruição da frágil e dependente economia portuguesa e o agravamento do já enorme custo de vida, para os trabalhadores e suas famílias.

As medidas já anunciadas pelo Governo não vão à raiz dos problemas e continuam a permitir que os principais grupos económicos continuem a distribuir aos accionistas milhares de milhões de euros em dividendos.

Desafiamos o Governo a tudo fazer, com carácter de urgência, no sentido de, entre outros passos, **reactivar as centrais de Sines e do Pego, bem como a refinaria de Matosinhos**, intervindo, como é sua obrigação, na defesa dos interesses estratégicos e da soberania nacionais. Deve de igual forma **intervir sobre os preços e tarifas**.

A Fiequimetal apela, ainda, ao **reforço urgente de todas as iniciativas no sentido do restabelecimento da paz e da cooperação internacional, opondo-se à instalação de uma economia de guerra**, contrária aos interesses e direito dos povos.

Lisboa, 11 de Março de 2022

O Secretariado da Direcção Nacional
da Fiequimetal

Contacto para declarações: Rogério Silva (918-210-831), coordenador da Fiequimetal e membro da Comissão Executiva da CGTP-IN